



D

BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE

Publicação semestral - Dezembro de 1991 - Nº 9

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE

Rua Hermann August Lepper, 65 Caixa Postal D-100 Fone (0474) 22-2154 89200 Joinville SC

BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE

Dezembro de 1991

Nº 9

ÍNDICE

História dos Bairros	03
A Fotografia no Arquivo.....	04
A Nova Política Nacional de Arquivos	07
A Escravidão no Brasil	10
Relatório de Atividades	15
Quem Está Pesquisando o Quê?	27

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE
Prefeito - Luiz Gomes

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE
Presidente - Moacir G. Thomazi

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE
Diretor - Apolinário Ternes

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE - AHJ
a.1, n. 1, out/83 - Joinville, 1983

SEMESTRAL

I. Joinville - História - Periódicos
CDU 908 (816.42J) (05)
CDD 981.64005

HISTÓRIA DOS BAIRROS DE JOINVILLE

Roseana Maria Corrêa (*)

O projeto "História dos Bairros de Joinville", idealizado e em execução por este Arquivo Histórico, encontra-se em fase conclusiva de entrevistas. Nestas entrevistas são ouvidos e tomados os depoimentos dos moradores mais antigos de cada bairro. Os dados obtidos são compilados em textos nos quais são abordadas as características destes bairros, objetivando mostrar ao leitor a importância que representam no contexto joinvilense.

O projeto está sendo desenvolvido por uma equipe montada especialmente para este fim, composta por duas historiadoras, responsáveis pela coordenação, Roseana Maria Corrêa e Terezinha Fernandes da Rosa e por quatro estagiários, estudantes do curso de História, da FURJ: Ismael Fuckner, Jecemerli Andrea Weber, Sérgio Renato Fierl e Tânia Maria Schutz. Traçado um plano de ação, os trabalhos foram divididos em etapas, sendo a primeira parte constituída de uma revisão da literatura existente sobre a História de Joinville e contatos com entidades afins, visando buscar o embasamento necessário para o prosseguimento do projeto. A segunda etapa foi calcada na delimitação do município e sua divisão em bairros e a distribuição das responsabilidades entre os membros da equipe.

O objetivo do projeto é o de resgatar a história relativa ao período que compreende a colonização de Joinville aos dias atuais. Para levantar estes dados necessário seria detectar os moradores mais antigos de cada bairro, para que pudessemos realizar as entrevistas. Para tanto, contamos escolas, igrejas e outras entidades. Concluída esta fase, passamos às entrevistas. Os entrevistados, por sua vez, indicavam moradores de outros bairros,

pois o período abordado, no começo deste século, embora não tivesse a configuração atual, Joinville era bastante grande, mas as pessoas se conheciam, uma vez que se encontravam periodicamente no centro para a compra e venda de produtos, em reuniões políticas e sociais, o que provocava um entrelaçamento bastante interessante entre as diversas regiões.

Atualmente Joinville conta com 25 bairros e 1 distrito: América, Anita Garibaldi, Atiradores, Aventureiro, Boa Vista, Bom Retiro, Bucarein, Centro, Costa e Silva, Fátima, Floresta, Glória, Guanabara, Ipiriú, Itaum, Itinga, Jardim Sofia, Jarivatuba, Morro do Meio, Nova Brasília, Saguacu, Santa Catarina, Santo Antônio, São Marcos, Vila Nova e Pirabeiraba. Este quadro poderá se alterar nos próximos meses e Joinville contar com mais um bairro, Jardim Paraíso, caso o resultado do plebiscito que acontecerá no próximo mês de março de 1992, assim o decidir. Esta região originalmente pertence ao Município de São Francisco do Sul, mas em função da proximidade geográfica de Joinville, poderá ocorrer a anexação, fato que beneficiará os moradores daquele bairro.

O livro incluirá ainda textos sobre as diversas localidades ou estradas que formam a zona rural do município nos mesmos moldes dos bairros.

Depois de coletadas as informações através das entrevistas, a etapa seguinte será a confecção dos textos, que contarão também com dados de empresas, entidades, delimitações e número de habitantes (dados obtidos junto ao IBGE, resultantes do

Censo Demográfico levado a efeito no decorrer deste ano) de cada região.

Os textos são elaborados em linguagem simples, clara e objetiva, pois visa atingir primordialmente a classe estudantil na busca de informações sobre o bairro onde reside ou onde se localiza sua escola. Aliás, este era o objetivo inicial do projeto, que foi se perdendo a medida que foi e-

voluindo, uma vez que despertou um interesse maior na população joinvilense e a equipe já está sendo solicitada para realizar palestras em escolas e várias informações já são dadas a respeito dos bairros nos quais o trabalho de campo está concluído.

(*) Roseana Maria Corrêa, coordenadora do projeto.

A FOTOGRAFIA NO ARQUIVO

Norma Rathunde (*)

O início da organização do acervo fotográfico se procedeu quando o Arquivo Histórico ainda funcionava anexo à Biblioteca Pública "Prof. Rolf Colin".

Desde 1974, as fotografias foram guardadas em envelopes numerados e dispostos em caixas, sendo organizadas por ordem alfabética em Livro Tombo.

Com a construção do novo Arquivo Histórico de Joinville e suas amplas instalações esse sistema foi aprimorado e atualmente as fotografias estão sendo acondicionadas em papel ph neutro, enumeradas, legendadas e colocadas em pastas suspensas. Descritas no livro Tombo numericamente até 704, ainda são também catalogadas em fichas por ordem temática, onomástica e cronológica.

Ainda temos fotografias distribuídas por assuntos, em número de 383, colocadas em envelopes e caixas.

As fotografias maiores estão arquivadas na Fototeca, com uma relação descrevendo os assuntos.

Temos ainda fotografias penduradas nas paredes e identificadas.

Principiamos o arquivamento de fotos coloridas, em número de 34, com o qual realizamos idêntico procedimento que temos com as fotos preto e branco.

No que se refere a chapas de vidro, que equivalem aos negativos atuais, temos 1.514 unidades embaladas em papel ph neutro.

Quanto aos demais negativos, os mesmos estão em fase de organização.

HISTÓRIA

A fotografia no Brasil aparece em 17/01/1840, sendo certamente o Rio de Janeiro palco da primeira daguerreotipia na América do Sul.

Louis Jacques Daguerre, universalmente aceito como o grande inventor da fotografia, já havia comunicado os resultados de suas experiências à Academia de Ciências de Paris em 07/01/1839. A notí-

cia da descoberta chegou ao Brasil a 01/05/1839, pelo "Jornal do Commercio" do Rio de Janeiro.

Louis Compte realizou em janeiro de 1840, o primeiro daguerreótipo (7x9cm.) mostrando o Paço da Cidade no Rio de Janeiro. Esse daguerreótipo pertence à Coleção Dom Pedro de Orleans e Bragança.

Hercules Florence, natural de Nice e radicado no Brasil foi pintor, gravador e tipógrafo. Morava na "Villa de São Carlos" hoje Campinas, São Paulo e é hoje quase universalmente considerado como inventor isolado da fotografia em virtude de estar distante dos meios de informação, na precariedade de um país colônia. Florence foi também o primeiro a usar o termo "Photographie". Esteve em Santa Catarina por volta de 1826. Faleceu em Campinas a 27 de março de 1879.

D. Pedro II com apenas 14 anos de idade tornava-se amante da nova arte, comprando por 250 milréis um aparelho daguerreótipo, em março de 1840. Imperador D. Pedro II, primeiro fotógrafo de nacionalidade brasileira teve o papel preponderante na implantação e florescimento da fotografia em nosso País. Realizou suas próprias experiências com suas câmeras e também impulsionou o desenvolvimento do novo ofício, com apoio financeiro, contratos, organizou coleções, preservou acervos, concedendo medalhas e condecorações aos mais destacados fotógrafos.

O comércio que abrigava o artesanato mais fino passou a receber os estabelecimentos dos primeiros retratistas, princi-

palmente na rua do Ouvidor e na rua dos Latoeiros, hoje, rua Gonçalves Dias.

Em novembro de 1840 os jornais divulgavam a respeito de que se achavam à venda daguerreótipos, acompanhados de um folheto com instruções de uso dos mesmos, na rua Ouvidor, 90 A.

Dos primeiros daguerreotipistas no Brasil, tem-se a indicação da Sra. Hippolyte Lavenue, embora hoje não existam trabalhos seus conhecidos.

De Augustus Morand temos notícia que se estabeleceu no Hotel Pharoux em 1842, conforme noticiava o "Jornal do Commercio" de 23, 25 e 27 de dezembro de 1842. "Visitamos já diferentes vezes o seu gabinete no Hotel Pharoux, assistimos aos seus trabalhos, a toda a hora, com sol, sombra e chuva e não pode deixar de maravilhar-se a rara perfeição a que o Sr. Morand tem levado a grande descoberta de Daguerre".

Augustus Morand foi um dos mais notáveis praticantes da daguerreotipia nos Estados Unidos da América. D. Pedro II recebeu Morand e Schmith no Paço de São Cristóvão e lá foram retratados o Imperador, a família e diversos aspectos do Palácio.

Em Joinville, temos conhecimento de que as primeiras fotos foram realizadas em 1866, por Joh. Otto Niemeyer, fotógrafo amador. Os negativos e fotos encontram-se no acervo fotográfico do Arquivo Histórico de Joinville. Existe também uma fotografia de 1868, onde temos retratada uma vista de Joinville por Robert Hoffmann.

FOTÓGRAFOS DE JOINVILLE E ITINERANTES

- 1) Robert Hoffmann, estabelecido desde 1865, autor de uma foto do Porto e de uma Vista Panorâmica de 1866. Em 1868 anunciou procurando um auxiliar que fale um pouco de português.
 - 2) Lahief, fotógrafo itinerante. Anunciou no "Kolonie-Zeitung" em 19/10/1867.
 - 3) José Paulo Arantes, "Kolonie-Zeitung" – abril 1871.
 - 4) Ida Löwe, mulher do professor Löwe. Anunciou no "Kolonie-Zeitung" – dez. 1872.
 - 5) Fotógrafo Heinrich Graulich – julho 1873.
 - 6) Fotógrafo Uriarte – itinerante – dez. 1874.
 - 7) Otto Krause – 1874, oferecendo panorama de Joinville, com 2,50m em pano americano ao preço de 8\$000.
 - 8) Fotógrafo Krawutschke – 1874.
 - 9) Gabriel Juany Marroig – itinerante – fev. 1879.
 - 10) Adolf Volk – jan. a jul. 1880.
 - 11) Carl von Zeska – inaugurou o Atelier em 01/07/1880.
 - 12) C. Bischof – itinerante – dez. 1882.
 - 13) Robert Mende – 1898.
 - 14) Carlos Weise – chegou em 21/02/1898 e mais tarde mudou-se para Santos.
 - 15) Louis Richter – mar. 1884.
 - 16) Aristides de Barros – 1900 – fotógrafo estabelecido.
 - 17) Lehmann e Barthels – sucessores de Carl Zeska em 1901.
 - 18) Amon – 1906 – estabelecido no "Mittelweg" ou seja Caminho do Meio, atual Rua XV de Novembro.
 - 19) Hugo Quidde – Atelier estabelecido em 01/02/1906.
 - 20) Bruno Lehmann – Atelier na atual Rua Princesa Isabel – 1908.
 - 21) Hans Michaelis – 1911.
 - 22) James Frühstück – 1911.
 - 23) Fritz Hofmann – 1911.
 - 24) José Schlotmann.
 - 25) Atelier de Alfredo Herkenhoff empregou o fotógrafo Eduard Kuhr e foi sucessor de Fritz Hofmann.
 - 26) Foto Brasil de Adolfo Herkenhoff – Imigrado da Alemanha em 1933.
 - 27) Albino Kohlbach.
 - 28) Alberto Diegel.
 - 29) Júlio Neumann.
- (FERREZ, Gilberto – A Fotografia no Brasil – 1840/1900) Fundação Nac. de Arte/Fund. Pró-memória, RJ, 1985.)
- (*) Norma Rathunde é responsável pelo Setor Fotográfico do AHJ.

A NOVA POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS

LEI Nº 8.159, de 08 de Janeiro de 1991.

Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º – É dever do poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

Art. 2º – Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Art. 3º – Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente.

Art. 4º – Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Art. 5º – A administração pública franqueará a consulta aos documentos públicos na forma da Lei.

Art. 6º – Fica resguardado o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação do sigilo, sem prejuízo das ações penal, civil e administrativa.

CAPÍTULO II DOS ARQUIVOS PÚBLICOS

Art. 7º – Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias.

§1º – São também públicos os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por instituições de caráter público, por entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos no exercício de suas atividades.

§2º – A cessação de atividade de instituições públicas e de caráter público implica o recolhimento de sua documentação a instituição arquivística pública ou a sua transferência à instituição sucessora.

Art. 8º – Os documentos públicos são identificados como correntes, intermediários e permanentes.

§1º – Consideram-se documentos correntes aqueles em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas frequentes.

§2º – Consideram-se documentos intermediários aqueles que, não sendo de uso corrente nos órgãos produtores, por razões de interesse administrativo, aguardam a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

§3º – Consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico,

probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados.

Art. 9º – A eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência.

Art. 10º – Os documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis.

CAPÍTULO III DOS ARQUIVOS PRIVADOS

Art. 11º – Consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades.

Art. 12º – Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional.

Art. 13º – Os arquivos privados identificados como de interesse público e social não poderão ser alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior.

Parágrafo único – Na alienação desses arquivos o Poder Público exercerá preferência na aquisição.

Art. 14º – O acesso aos documentos de arquivos privados identificados como de interesse público e social poderá ser franqueado mediante autorização de seu proprietário ou possuidor.

Art. 15º – Os arquivos privados identificados como de interesse público e social poderão ser depositados a título revogável, ou doados a instituições arquivísticas públicas.

Art. 16º – Os registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência do Código Civil ficam identificados como de interesse público e social.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS PÚBLICAS

Art. 17º – A administração da documentação pública ou de caráter público compete às instituições arquivísticas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais.

§1º – São Arquivos Federais o Arquivo Nacional do Poder Executivo, e os arquivos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. São considerados, também, do Poder Executivo os arquivos do Ministério da Marinha, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Exército e do Ministério da Aeronáutica.

§2º – São Arquivos Estaduais o arquivo do Poder Executivo, o arquivo do Poder Legislativo e o arquivo do Poder Judiciário.

§3º – São Arquivos do Distrito Federal o arquivo do Poder Executivo, o arquivo do Poder Legislativo e o arquivo do Poder Judiciário.

§4º – São Arquivos Municipais o arquivo do Poder Executivo e o arquivo do Poder Legislativo.

§5º – Os arquivos públicos dos Territórios são organizados de acordo com sua estrutura político-jurídica.

Art. 18º – Compete ao Arquivo Nacional a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda, e acompanhar e implementar a política nacional de arquivos.

Parágrafo único – Para o pleno exercício de suas funções, o Arquivo Nacional poderá criar unidades regionais.

Art. 19º – Competem aos arquivos do Poder Legislativo Federal a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Legislativo Federal no exercício de suas funções, bem como preser-

var e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda.

Art. 20º – Competem aos arquivos do Poder Judiciário Federal a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Judiciário Federal no exercício de suas funções, tramitados em juízo e oriundos de cartórios e secretarias, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda.

Art. 21º – Legislação estadual, do Distrito Federal e municipal definirá os critérios de organização e vinculação dos arquivos estaduais e municipais, bem como a gestão e o acesso aos documentos, observado o disposto na Constituição Federal e nesta Lei.

CAPÍTULO V DO ACESSO E DO SIGILO DOS DOCUMENTOS PÚBLICOS

Art. 22º – É assegurado o direito de acesso pleno aos documentos públicos.

Art. 23º – Decreto fixará as categorias de sigilo que deverão ser obedecidas pelos órgãos públicos na classificação dos documentos por eles produzidos.

§1º – Os documentos cuja divulgação ponha em risco a segurança da sociedade e do Estado, bem como aqueles necessários ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas são originariamente sigilosos.

§2º – O acesso aos documentos sigilosos referentes à segurança da sociedade e do Estado será restrito por um prazo máximo de 30(trinta) anos, a contar da data de sua produção, podendo esse prazo ser prorrogado, por uma única vez, por igual período.

§3º – O acesso aos documentos sigilosos referentes à honra e a imagem das pessoas será restrito por um prazo máximo de 100(cem) anos, a contar da data de sua produção.

Art. 24º – Poderá o Poder Judiciário, em qualquer instância, determinar a exibição reservada de qualquer documento sigiloso, sempre que indispensável à defesa de direito próprio ou esclarecimento de situação pessoal da parte.

Parágrafo único – Nenhuma norma de organização administrativa será interpretada de modo a, por qualquer forma, restringir o disposto neste artigo.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25º – Ficará sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente ou considerado como de interesse público e social.

Art. 26º – Fica criado o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, órgão vinculado ao Arquivo Nacional, que definirá a política nacional de arquivos, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos – SINAR.

§1º – O Conselho Nacional de Arquivos será presidido pelo Diretor Geral do Arquivo Nacional e integrado por representantes de instituições arquivísticas e acadêmicas, públicas e privadas.

§2º – A estrutura e o funcionamento do Conselho criado neste artigo serão estabelecidos em regulamento.

Art. 27º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 28º – Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 08 de janeiro de 1991;
170º da Independência e 103º da República.

FERNANDO COLLOR
Jarbas Passarinho

A ESCRAVIDÃO NO BRASIL

Elly Herkenhoff (*)

(Quarta Parte – Final)

("KOLONIE-ZEITUNG" DE 22 DE JULHO DE 1871)

Se indagássemos de que maneira o novo projeto governamental foi recebido por boa parte dos fazendeiros, e como eles encaram o problema da abolição, encontraríamos, em alguns deles, um repúdio fanático – mais ou menos disfarçado sob belos fraseados – contra toda e qualquer iniciativa, que venha taldar parcialmente o seu assim chamado "direito de propriedade"

Em várias localidades houve reuniões de fazendeiros, que, em ofícios dirigidos ao Senado, se declararam frontalmente contrários às condições da Abolição propostas e, sobretudo, contra a alforria dos filhos das escravas. Evidencia-se, notadamente, o raciocínio e o posicionamento daqueles fazendeiros, pelo ofício abaixo, apresentado ao Senado, pelos fazendeiros de Paraíba do Sul, Rio de Janeiro.

Eis os dizeres do documento:

"Meretíssimos e Digníssimos Representantes da Nação!

Malgrado o respeito, que votamos à sabedoria do Poder Executivo e a confiança, que nos inspira o Vosso patriotismo, não nos podemos furtar de mui respeitosa e, apresentar a nossa admoestação, em prol dos legítimos interesses da lavoura, preocupados que estamos, com a divulgação de idéias, que abalam a disciplina e a ordem, nos numerosos e importantes estabelecimentos agrícolas deste município – idéias tanto mais assustadoras por se desenvolverem sob a pressuposta autoridade dos Poderes Constituídos. Diariamente se verificam

sinais de descontentamento e insubordinação por parte daqueles que, pela obediência e constância, foram alcançando, pacífica e gradativamente, concessões progressivas, em decorrência do conceito profundamente modificado de seus senhores – concessões que os foram distanciando, mais e mais, da penosa situação da primitiva escravatura, assegurando-lhes, para uma época não muito distante, a concessão do estado natural, sem os perigos de desigualdades e dos abalos de esperanças ilusórias.

Por certo não passou desapercibido à superior sagacidade do Poder Legislativo, o movimento voluntário e consciencioso dos fazendeiros no sentido de conceder benefícios aos seus escravos – benefícios estes que deverão levá-los à conscientização do homem livre, como sejam: facilitar os casamentos, fazer respeitar a família, ceder-lhes pequenas áreas de terra para a sua pequena lavoura e permitir a formação de pecúlios particulares, em muitos casos administrados pelos próprios senhores. O tratamento dos cativos, tanto em relação à disciplina como à subsistência, tem melhorado consideravelmente, tanto que se poderá afirmar, sem receio de qualquer contestação, que a situação atual dos escravos – comparada ao estado de coisas do passado – é de quase liberdade. Não menos proveitoso para a conservação da disciplina e da tranquilidade das famílias dos fazendeiros, foi a ação mitigante dos ensinamentos cristãos, apesar da falta de quaisquer recursos, para torná-los efetivos e duradouros. Os sacerdotes, além de seu reduzido número,

não se decidem à vida longe das cidades, além de não estarem preparados, de um modo geral, para uma tão sagrada e delicada missão como esta, de levar ensinamento aos escravos, preparando-os inteligentemente para o futuro, que lhes será ofertado, e fazendo assim desaparecer completamente de sua memória a lembrança do passado, de maneira que, enfim libertos, possam ser úteis à lavoura e ao país. Quando a população livre se ressentia da falta de instrução e educação religiosas, quando as paróquias jazem abandonadas ou mal providas, pela ausência de bons sacerdotes, quando o interior do país se encontra quase entregue ao barbarismo, desprovido de cibórios e sacramentos, a lavoura se constrange em importunar os Poderes da Nação, com um pedido de ensino religioso para os escravos, dispersos em tão vastas áreas. E no entanto, seria este o meio mais seguro e eficaz, para complementar o magno projeto da futura abolição da escravatura, sem ameaças e ódios, decorrentes da brutalidade quase atea da classe servil, plena de suspeitas e dotada de paixões tão violentas quanto imprevisíveis. As esperanças, que a propaganda da emancipação vem espalhando secretamente, se avolumam exageradamente, em prejuízo da disciplina e do trabalho e caso um aparato oficial ainda os viesse enrobustecer, não seria fácil reprimir erupções violentas.

O projeto de lei apresentado à Câmara dos Deputados distancia-se de quaisquer preceitos da prudência e da precaução, cuidando tão somente do propósito da emancipação, abandonando os libertos aos malefícios da falta de qualquer experiência. Deste modo, o projeto interrompe o desenvolvimento pacífico e os propósitos cristãos e magnânimos dos senhores, despertando paixões nos escravos — paixões que, ainda adormecidas pela conforma-

ção, serão desastrosas. Ao invés de coletar medidas preparatórias para a reforma da escravatura, o projeto se precipita na solução do magno problema, inquietando os donos e impelindo à ruína a lavoura — a farta e talvez única fonte de riqueza nacional. O projeto se distancia fundamentalmente do princípio, que deverá reger toda esta tão delicada questão — o princípio da preservação do pecúlio, em todo o seu poder moral — condição básica da segurança e da concretização pacífica do projeto. É preciso não esquecer, que o relacionamento entre o senhor escravista e o escravo, sendo de caráter especialíssimo, não mais será preservado, desde o momento em que, por força da Lei, a autoridade do senhor for denegrida. De acordo com o teor do projeto de lei, o senhor estará exposto à desconfiança dos Poderes Públicos e à execração dos cativos, que vêm no senhor tão somente o carrasco, aquele que se recusa a soltar a sua vítima, enquanto o Governo para ele é o protetor, que se empenha em libertá-lo. Se tais paixões forem aticadas e instigadas pela intromissão dos Poderes Públicos, a convivência entre o senhor e o escravo se tornará impossível e as consequências das hostilidades irão espantar esta iniciativa leviana de um falso humanismo. A reforma da escravatura irá de encontro aos anseios da coletividade, será causa de horrenda luta racial e o benefício, que se pretendia trazer aos escravos, será transformado em holocausto. A Lei do Ventre Livre é uma idéia absolutamente inadmissível, que aniquila a disciplina e fere o direito de igualdade dos que se encontram na mesma situação, levando assim ao desespero os cativos adultos, que permanecerão na escravatura. O senhor perde muito de sua força moral, com a divisão da família escrava. Situações diversas requerem providências diversas. A liberdade imposta pela lei, é muito diversa daquela que se origina da concor-

dância ou da magnanimidade do escravagista. A primeira desprestigia o senhor e desperta a noção do direito no cérebro do cativo, a segunda confirma a propriedade e fortalece o dono, motivando o sentimento de gratidão do agraciado – tão importante para a manutenção da obediência. A idéia da emancipação do nascituro ainda traz outras, não menos graves consequências, que não precisam ser lembradas aos representantes do povo. A aprovação daquele projeto obriga à intromissão das autoridades nas fazendas, provoca as queixas, autoriza as investigações da polícia, motiva desejos de vingança e expõe os fazendeiros a vexames insuportáveis e constante desassossego. Por mais ousado que se apresente o projeto, ainda assim tem lógica. Todos os seus dispositivos procedem do seu ponto de partida: Obrigar o senhor à manutenção do recém-nascido liberto, submetê-lo às investigações das autoridades, negar-lhe qualquer indenização antes dos 8 anos do liberto, expô-lo a penas criminais por maus tratos e à acusação por parte dos promotores públicos, tratá-lo como inimigo irreconciliável de seus escravos, desconfiar de sua magnanimidade, negando-lhe o próprio direito de ser generoso – estas as inevitáveis consequências do nefasto projeto.

Todas as garantias reais, sacramentadas no projeto, são a favor dos escravos e contrários aos senhores. Processos sumários, punições exageradas, supostos crimes demolitórios dos alicerces do Direito Penal, multas arbitrariamente impostas pelo Poder Executivo, alforrias impositivas, recursos judiciais a favor da libertação, educação dos menores por conta de seus donos – eis a máquina denticulada de supressão da propriedade. Nenhuma alusão à disciplina, que deverá reger o tratamento dispensado aos escravos e nenhuma providência capaz de defender os

senhores dos prováveis e futuramente inevitáveis desmandos dos cativos.

Digníssimos Representantes da Nação! Os abaixo assinados fazendeiros de Paraíba do Sul vêm-se dirigir a Vossa Sabedoria e o Vosso Patriotismo, para Vos rogar que apareis o golpe, prestes a desabar sobre a nossa Pátria, em consideração dos interesses e dos direitos máximos, tanto do País como também de Vossa segurança e de Vossa própria vida! O projeto do Sr. Ministro da Agricultura é o golpe mortal da lavoura e o facho de incensurável, de terrível conflagração, impossível de ser controlada por quaisquer meios, caso as idéias ali expostas sejam transformadas em Lei! A nossa confiança em Vossa sabedoria e Vosso espírito de justiça é ilimitada. Existem outros caminhos, que Vossa sagacidade irá encontrar e que nos poderemos propor – caso desejais aceitar a colaboração da lavoura – para a concretização mais segura e livre de abalamentos, da idéia cristã – anseio de toda a humanidade. Nunca será menor a Vossa glória, se, por medidas sensatas, aparais o inevitável choque entre duas raças – por meio da mais doce e suavizante conciliação." (2)

Linguagem muito clara, esta. E, além disso, a assembléia dos nobres fazendeiros, à sua testa um aristocrata do Império, o Barão de Paraíba, achou necessário expressar mais claramente ainda o seu ponto de vista, fundando uma Associação com a finalidade da "Defesa e Manutenção de seus Direitos, ameaçados pela Reforma concernente ao Elemento servil" – conclamando todos os fazendeiros à participação. Uma série de resoluções, que realçam "o seu direito de propriedade, com base na secular prescrição aquisitiva" acompanha o manifesto. Mas, enquanto essa atitude demonstra claramente a determinação de fazer frente a qualquer

forma de emancipação escravista, outros grupos de fazendeiros, como por exemplo os do município de Pirai, Rio de Janeiro, se pronunciaram a favor da emancipação, ressaltando, porém, o fato de ainda não haver condições no país, para tal medida. Antes será indispensável aumentar as correntes imigratórias para o país, e de resto o Governo, antes de elaborar qualquer projeto nesta área, deveria ouvir a opinião da totalidade dos fazendeiros.

Evidencia-se, mais e mais, que da parte dos fazendeiros não haverá senão estorvo para a solução do problema. A não ser que venham surgir imprevistos, capazes de modificar o seu raciocínio, os fazendeiros escravagistas serão levados pela correnteza dos acontecimentos futuros.

Há coisas que, assim como os raios do sol, não necessitam ser previamente demonstradas, e entre estas se inclui a exigência de acabar finalmente com a escravidão no Brasil. Uma injustiça, durante séculos praticada contra a Humanidade, jamais se alicerça sobre o Direito e o Direito à liberdade de toda uma classe de pessoas humanas, nunca poderá ser posta em dúvida por um hipotético e absurdo direito adquirido. Convenhamos que, dadas as suas raízes profundas, existentes tanto na sociedade brasileira como em toda a nossa vida econômica, não será possível abolir tamanha aberração com uma simples penada, sem incalculáveis prejuízos, tanto para a sociedade como para toda a vida econômica. Isso não significa, porém, que o problema seja tão complicado assim, exigindo cálculos intrincados. Se disséssemos: a 31 de dezembro do ano de 1899 a escravidão será abolida no Brasil, sem qualquer reposição para os escravagistas — haveria tempo suficiente neste intervalo, para os fazendeiros e o país, de se prepararem, substituindo aos poucos o trabalho escla-

vo pelo braço livre. Se quisermos aguardar até que a imigração venha para o Brasil em maior escala, para somente então tomarmos as medidas decisivas, será o mesmo que adiar indefinidamente qualquer solução, uma vez que o impecilho maior para o aumento da imigração consiste exatamente na escravatura, ainda vigente no Brasil e no fato de se verificar, que nas fazendas o trabalhador livre, ao lado dos escravos, descamba igualmente para o estado de servidão — conforme vêm provando as colônias de parcerias. A ruína da lavoura, preconizada pelos fazendeiros, com o fim do trabalho forçado — forçado e conseqüentemente mal feito — do escravo, é um espantalho, que poderá ser contestado por simples dados estatísticos. As mesmas advertências, em maior escala até, foram proclamadas, quando da extinção definitiva do tráfico de africanos. Naquela época, assim como agora, preconizava-se a ruína total da lavoura, por falta de braços. Pois se no ano de 1848, somente naquele ano, haviam sido importados 60000 novos escravos, como então conceber que de repente, aquele tráfico havia chegado ao fim? No entanto, deu-se exatamente o contrário. A exportação aumentou, assim que terminou o tráfico de escravos. Nos anos de 1848/49 foram exportados produtos no valor de 65:032.000 milréis. Em 1850 o tráfico de escravos acabou definitivamente e nos anos de 1849/50 o valor das exportações subiu para 67:788.000 milréis, e 10 anos mais tarde, em 1859/60, atingiu a soma de 112:958 milréis. Atualmente, quando o número de escravos no Império é quase a metade dos existentes em 1850, a exportação de produtos nacionais atingiu quase o dobro do total de 1850 — prova mais do que suficiente, de que o florescimento da lavoura vem aumentando exatamente na medida em que vem diminuindo o número de cativos no país.

Ainda há tempo de solucionar o problema da emancipação dos escravos pelo Senado, por meios legais. Que não se espere, protelando a questão, até que seja forçada uma solução por parte dos escravos, capaz de abalar tudo, até os alicerces, e impondo — então sim! — reais sacrifícios e perdas irreparáveis a todo o país.

(1) Excertos do Vol. V da Coleção "Famílias Brasileiras de Origem Germânica" — Editado pelo Instituto Hans Sta-

den, S. Paulo, 1967. (Nota da 1ª parte deste artigo publicado no Boletim AHJ, Nº 6, mar./90)

(2) Reversão do texto, publicado em alemão, por sua vez traduzido do original português.

(*) Elly Herkenhoff, historiadora e tradutora do Arquivo Histórico de Joinville, é autora de vários livros.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1991



1. ACERVO

1.1. ORGANIZAÇÃO

1.1.1. Documentos manuscritos e datilografados

Foi concluído no decorrer deste ano o inventário de cerca de 15.000 processos doados pelo Fórum da Comarca de Joinville, para guarda neste Arquivo. O inventário já datilografado compõe-se de 1.404 páginas.

Foi finalizado, também, a datilografia do inventário do Fundo "Domínio Dona Francisca", num total de 542 páginas.

Estamos procedendo a inventariação do Fundo "Ficker" que é composto por 26 lotes, dos quais 15 já estão inventariados.

1.1.2. Biblioteca

No decorrer deste ano estabelecemos que seria colecionado apenas o jornal local "A Notícia". Os demais – O Estado, Jornal de Santa Catarina e Diário Catarinense – foram encadernados até o ano de 1989, os anos posteriores estão sendo descartados do arquivo permanente.

A catalogação e acondicionamento dos periódicos – revistas, boletins, etc. – foi concluída, com um total de 980 títulos no acervo específico.

1.1.3. Acervo Fotográfico

Os trabalhos de limpeza, catalogação e acondicionamento em papel neutro das fotografias preto e branco prosseguem normalmente, tendo sido catalogadas neste ano 193 fotos, totalizando 633 fotografias devidamente acondicionadas no referido acervo.

Foi realizado o mesmo processo com as fotografias coloridas, estando prontas 34 fotos.

Iniciou-se o Livro Tombo, agora com 633 títulos registrados.

As fotografias não catalogadas estão distribuídas em caixas comuns que se acresceram neste ano com mais 11 assuntos.

Foi realizada a seleção de 26 fotografias para a confecção de duas séries de cartões-postais – "A Evolução do Tempo" e "Ruas Antigas".

1.1.4. Microfilmes

Foram iniciados no segundo semestre deste ano a inventariação dos microfilmes existentes no Arquivo, que somam um total de 77 rolos. Estão prontos inventários de 63 rolos, nos quais existem em médias 1.500 fotografias cada rolo.

A maioria desses microfilmes estão em língua alemã e muitas vezes em gótico impresso ou manuscrito, o que dificulta a rápida identificação desse material.

1.2. ENRIQUECIMENTO DO ACERVO

O Núcleo Regional do Departamento de Estradas e Rodagens – DER entregou para guarda neste Arquivo um conjunto de 58 fotografias, das décadas de 30 e 40, que mostram importantes e diferentes obras rodoviárias realizadas na região. Nesse conjunto estão, ainda, três pastas com documentos diversos e 14 livros de correspondência do DER das décadas de 20 e 30.

Recebemos da Sociedade Floresta vários documentos antigos referentes à instituição.

A Sra. Edith Wetzel fez doação de documentos referentes à criação do Museu "Fritz Alt".

Recebemos da Sra. Carmen Frick Reu uma série de documentos referentes à família "Frick".

O acervo fotográfico foi enriquecido neste ano com a doação de 841 fotografias, 75 cartões-postais e 2 ilustrações.

O escritor Enéas Athanázio fez doação dos livros de sua autoria, além de aproximadamente 20 obras raras e um conjunto de recortes de jornais e obras xerografadas do jornalista e escritor Crispim Mira, assassinado em Florianópolis, no ano de 1927.

2. IMIGRAÇÃO

No início de janeiro, a funcionária deste setor, Maria Thereza Böbel, foi designada – conforme acordo entre o Presidente da ACIJ e a Direção do Arquivo – por

meio período, a fazer a tradução das atas do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville que completará seu centenário em 1992. Esse trabalho resultará na publicação de um livro em comemoração ao centenário da instituição.

A mesma funcionária a partir de 1º de agosto deste ano foi colocada à disposição da ACIJ, em tempo integral, pela Fundação Cultural até 31 de janeiro do próximo ano, conforme Portaria nº 006/91.

O número de pesquisas genealógicas no decorrer deste ano se fixou em 101.

3. INFORMÁTICA

Com a contratação, em março, de um funcionário para este setor, foram iniciados os estudos para preparação de um novo programa para acondicionamento dos dados sobre a imigração, pois o programa existente anteriormente era deficitário, não atendendo às necessidades do Arquivo.

Esse programa foi implantado em meados do mês de setembro e nesse meio tempo o funcionário atuou no Setor de Acervos auxiliando na inventariação dos processos do Fórum.

Com a implantação do referido programa, iniciou-se os trabalhos de acondicionamento dos dados, estando acondicionados os anos de 1851 a 1859 das listas de imigração.

As pesquisas sobre genealogia estão sendo, agora, atendidas por este setor.

4. LABORATÓRIO DE CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E ENCADERNAÇÃO DE DOCUMENTOS

O Laboratório de Conservação, Restauração e Encadernação de Documentos iniciou suas atividades em outubro do ano passado, porém os trabalhos no setor de restauro foram paralizados quase de imediato por falta de material, no caso, o papel MIMO, essencial na recuperação de documentos.

4.1. RESTAURAÇÃO

Foi iniciada a higienização (limpeza mecânica) dos documentos do Domínio Dona Francisca que teve que ser paralizada, já que houve necessidade e urgência na recuperação do jornal em língua alemã "Kolonie-Zeitung" que circulou em Joinville no período de 1862 a 1942 e que está sendo muito consultado. Porém esse trabalho, também foi interrompido pelo motivo mencionado, da falta de papel MIMO.

A higienização dos documentos é feita após a realização de um diagnóstico, ou seja, de cada documento é feita uma ficha-diagnóstico. Essa higienização é realizada manualmente, documento a documento, com trincha e pó de borracha.

Foram higienizados 377 documentos do Domínio Dona Francisca. Do "Kolonie-Zeitung" foram restauradas 28 páginas, sendo feito: diagnóstico, limpeza mecânica, banhos de higienização e de desacidificação, encolagem e velatura.

4.2. ENCADERNAÇÃO

O setor de encadernação foi ativado apenas no mês de março com a contratação de um encadernador.

Durante este ano foram encadernados os seguintes jornais e livros:

A Notícia – dez/88 a dez/90.....	50 volumes
Diário Catarinense – dez/88 a ago/88.....	27 volumes
Jornal de S. Catarina – dez/88 a dez/89.....	26 volumes
O Estado – dez/88 a dez/89.....	26 volumes
Diário Oficial da União – Seção I – jan/89 a ago/89.....	12 volumes
Idem – Seção II – fev/87 e jul/86.....	04 volumes
Diário de Justiça de Santa Catarina – jan/89 a ago/89.....	08 volumes
Diário Oficial de Santa Catarina – jan/89 a ago/89.....	13 volumes
Gazeta de Joinville – 1881, 1883 e 1887.....	04 volumes
Livros	21 volumes
TOTAL GERAL	119 volumes

5. HISTÓRIA ORAL

O Laboratório de História Oral tem dado andamento ao Projeto "A História dos Bairros de Joinville", que visa registrar a história de cada bairro que compõe o município de Joinville, através de entrevistas efetuadas com os moradores mais antigos do bairro, que resultará na publicação de um livro.

Os bairros concluídos foram: Morro do Meio; Nova Brasília; Anita Garibaldi; Atiradores; São Marcos; Glória; Vila Nova; Costa e Silva; Santo Antônio; Floresta; Bom Retiro; América; Saguazu; Bucarein; Guanabara; Itaum; Santa Catarina; Centro e Itinga.

Os bairros a serem concluídos são: Pirabeiraba (Distrito); Jardim Sofia; Aventureiro; Iririú; Boa Vista; Fátima e Jarivatuba.

Participamos do Mutirão Cultural, realizado no mês de novembro na Escola Básica D. Pio de Freitas, com uma palestra intitulada "Histórico do Bairro Floresta", nos três turnos do dia 11 e dois turnos do dia 12.

6. EVENTOS

Abaixo os vários eventos que foram realizados no decorrer deste ano e que contaram com a presença de 2.994 pessoas:

6.1. Exposições confeccionadas pelo AHJ, tanto os trabalhos de montagem como os de pesquisa histórica:

De 07 a 30/03 - "A Vida do Príncipe e da Princesa de Joinville", com coquetel na abertura.

De 04 a 31/12 - "Cartões Antigos de Natal".

6.2. Exposições de outras instituições em co-promoção AHJ e Fundação Cultural:

De 31/05 a 20/06 - "Mozart - 1756-1791", do Instituto Cultural Brasil-Alemanha, com coquetel na abertura.

- Mostra Filatélica "Vamos salvar nosso meio ambiente", da Associação Filatélica de Joinville.

De 11 a 27/07 - "Prêmio Matriz de Fotografia", da Agência de Propaganda Matriz de Comunicação, na programação do Festival de Dança, com coquetel na abertura.

Dias 13 e 14/07 - "Cartazes Escolares sobre o Meio Ambiente", da FUNDEMA.

De 14 a 30/11 - "Iconografia Náutica da Costa Catarinense", 16 desenhos a bico de pena de Carlos da Costa Pereira Filho, com coquetel na abertura.

6.3. Lançamentos de Livros

- 07 de março - "Contemplação do Amor – 20 Anos de poesia escolhida", de Alcides Buss;
- "François D'Orléans – Príncipe de Joinville", de Creso Coimbra (in memoriam).
- "Escritores Catarinenses", v. 3, da Fundação Catarinense de Cultura.
- 12 de novembro - "Outros Contos", de Germano Jacobs, David Gonçalves, Ives Paz e Hilton Görresen.
- 14 de novembro - "Sem rimas e sem razão", de Maria Odete Olsen.

6.4. Em 18 de outubro aconteceu no AHJ a "Noite dos Escritores Catarinenses", um encontro informal em comemoração ao 10º aniversário do Grupo Literário "A Ilha".

6.5. Participamos no Projeto da Fundação Cultural "Mutirão Cultural", nos dias 18 de abril com palestra sobre a importância da conservação dos documentos exposição de fotos de nosso acervo e, 20 de maio com a palestra "A Importância do AHJ" e a exposição "Joinville – Seus Tempos, Seus Lugares, Sua Gente".

7. PALESTRAS

7.1. Palestra do Diretor do AHJ, no Cemitério dos Imigrantes, iniciando a programação comemorativa aos 140 Anos de Joinville, em 1º de março.

7.2. No dia 18 de abril foi proferida palestra pela Direção do AHJ, intitulada "Importância e Conservação de Documentos", dentro do Projeto Mutirão Cultural.

7.3. Palestras sobre História de Joinville, dia 23 de julho, no Rotary Clube Joinville e Hotel Tannenhoff.

7.4. Palestra dia 14 de novembro para 40 alunos do curso de Geografia da UNESP, de Presidente Prudente, neste Arquivo Histórico.

8. PUBLICAÇÕES

- 8.1. Boletim do Arquivo Histórico de Joinville, nº 7.
- 8.2. História do Cemitério dos Imigrantes e da Casa da Memória do Imigrante, de autoria de Hilda Krisch.
- 8.3. "François D'Orléans – Príncipe de Joinville", de Creso Coimbra (in memoriam).
- 8.4. "Fritz Alt", de autoria de Sílvia Heinzelmann.

9. PROJETOS

- 9.1. "A História dos Bairros de Joinville" que visa registrar a história de cada bairro que compõe o Município de Joinville, resultando na publicação de um livro. (em andamento).
- 9.2. "Divisão da Imagem e do Som" que tem por objetivo abrigar o acervo iconográfico já existente e a obtenção de cópias de vídeos, profissionais ou amadores, que digam respeito à cidade, ou a personalidades locais. (em andamento).
- 9.3. Foi elaborado documento, bem como relatório especial sobre o Arquivo, em língua alemã, para contatos do Sr. Prefeito Municipal Luiz Gomes, com autoridades do governo alemão, em novembro/dezembro, solicitando participação em dois projetos:
 - Depósito-intermediário de documentação;
 - Plano geral de informatização de acervos.

10. VIAGENS

A direção deste Arquivo participou no dia 03 de outubro da recepção no Consulado Geral da República Federal da Alemanha, em Curitiba, em regozijo ao dia da unidade alemã.

Viagem a Belo Horizonte, MG, do Sr. Diretor do AHJ, com a finalidade de participar da "III Conferência Nacional de Arquivos Públicos", realizado naquela capital de 19 a 24 de outubro.

AMIGO DO NOSSO BATALHÃO

No dia 24 de outubro foi homenageado o Diretor do AHJ com o título "Amigo do nosso Batalhão", no 62º Batalhão de Infantaria de Joinville.

11. PESQUISAS

Genealogia.....	101
Outras	1568

12. VISITAS

12.1. ESCOLARES

Foi realizado um trabalho de divulgação junto às escolas de Joinville no sentido de mostrar a importância da preservação do patrimônio cultural, bem como o "porquê" da existência de um arquivo, em especial o Arquivo Histórico de Joinville.

Com o início deste trabalho no mês de agosto foram atingidas um total de 15 escolas onde atendemos 1593 alunos que visitaram o AHJ.

As escolas foram as seguintes:

Escola Municipal "João Costa".....	120 alunos
Escola Municipal "João de Oliveira"	70 alunos
Escola Municipal "Oswaldo Cabral"	140 alunos
Escola Municipal "Virgínia Soares"	325 alunos
Escola Municipal "Orestes Guimarães"	50 alunos

Escola Municipal "Ada Santana"	170 alunos
Escola Municipal "Aluísio Sehnen"	125 alunos
Escola Municipal "Lauro Carneiro de Loyola"	75 alunos
Escola Municipal "Valentim João da Rocha"	90 alunos
SENAC	21 alunos
Escola Municipal "Maestro Francisco Manoel da Silva"	65 alunos
Casa da Cultura	14 alunos
Escola Municipal "Abdon Baptista"	105 alunos
Escola Municipal "Dr. José Antônio Navarro Lins"	90 alunos
Escola Básica " Profª. Maria Amin Gahnem"	133 alunos

12.2. OUTRAS VISITAS

No dia 09 de maio estiveram, em visita especial às dependências do AHJ, o prof. Hermann M. Görgen, presidente da Sociedade Teuto-Brasileira e do Centro América Latina, bem como editor dos "Cadernos Germano-Brasileiros", publicação especializada que se edita há mais de trinta anos; acompanhado do Cônsul Honorário da República Federal da Alemanha em Joinville, Sr. Wolfgang Voigt.

No mês de agosto, estive no AHJ a Dra. Dorothe Boden, Cônsul Geral da República Federal da Alemanha, em Curitiba, acompanhada por Wolfgang Voigt, Cônsul Honorário da RFA, em Joinville.

Dia 17 de outubro recebemos a visita do Sr. Prefeito Municipal Luiz Gomes, bem como dos secretários da Educação e dos Negócios do Governo, respectivamente, Sr. Moacir Thomazi e Sr. Pedro Colin, com a finalidade de conhecerem o processo de informatização do setor de imigração, na presença dos Srs. Mário Karsten e Orlando Watzko, da Logocenter, empresa que desenvolveu o "soft" para o AHJ.

Recebemos a visita do Dr. Helmut Zeitträger, diretor do Laboratório de Biotecnologia de Braunschweig, acompanhado pelo Dr. Mário César Cubas, do Laboratório de Biotecnologia de Joinville, no dia 8 de novembro.

13. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO AHJ

Atendendo solicitação do Sr. Prefeito Municipal Luiz Gomes e da Fundação Cultural, a Secretaria de Obras e Viação asfaltou, no mês de junho, a rua Hermann August Lepper, onde se localiza o AHJ, pois a poeira provocada pelo tráfego de veículos estava comprometendo seriamente parte do acervo.

Aconteceu no mês de julho uma reforma geral no AHJ, compreendendo o jardim interno e jardins suspensos externos, contando com os serviços do pessoal da Secretaria de Serviços Públicos; limpeza geral, com a lavagem e impermeabilização do prédio e do "petit pavê" dos jardins ao redor do AHJ e nova pintura dos espelhos d'água, através de firma especializada contratada pela Fundação Cultural, com investimentos superiores a 3 milhões de cruzeiros.

Foi instalado no dia 11 de novembro, um "tótem" para identificação do AHJ.

14. DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO

Em 17 de outubro o Sr. Presidente da Fundação Cultural, Moacir Thomazi, durante visita especial do Sr. Prefeito Luiz Gomes, fez entrega ao Arquivo, de aparelhos de vídeo, televisão e uma filmadora, doados pela Receita Federal, para a implantação definitiva da Divisão da Imagem e do Som nesta instituição.

15. CALENDÁRIO CULTURAL PARA 1992

EVENTO	DATA
Exposição "A Vida do Príncipe e da Princesa de Joinville"	15/01 a 15/03
Exposição "Vinte Anos do Arquivo Histórico de Joinville"	18/03 a 18/04
Exposição "Joinville – Seus Tempos, Seus Lugares, Sua Gente"	1º/05 a definir
Exposição "Bombeiros Voluntários de Joinville"	a definir
Exposição "Joinville – Nossos Prefeitos"	a definir
Exposição "Cartões de Natal"	a definir

QUEM ESTÁ PESQUISANDO O QUÊ?

MARCUSSO, Sheila Katina.

Profissão: Professora, Estudante

Instituição: FURJ

Endereço: Rua Paraná, 272 Ap. 1004 Joinville

Pesquisa: Clube Joinville

Finalidade: Pesquisa Universitária

STAPAIT, Marlise.

Profissão: Professora, Estudante

Instituição: FURJ

Endereço: Rua Ministro Calógeras, 205

Pesquisa: Clube Joinville

Finalidade: Pesquisa Universitária



BUSSCAR
ÔNIBUS E CARROCEIRAS

Você sabe.

é



NIELSON

TUBOS E CONEXÕES

TIGRE

O mais forte